



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS: RECURSOS MOBILIZADOS PELAS COALIZÕES

Tarse Barbosa Cabello¹; Tania Pereira Christopoulos²

¹ Universidade de São Paulo, tarse@usp.br

² Universidade de São Paulo, tchristo@usp.br

GT 06: Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências

RESUMO

Este artigo investiga as formas de participação indígena previstas pelo direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) no contexto do subsistema de políticas desenvolvimentistas. A partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), fundamentada no Modelo das Coalizões de Defesa (Advocacy Coalition Framework – ACF), analisaram-se os recursos estratégicos mobilizados por diferentes coalizões políticas que disputam influência nesse subsistema. Observou-se que coalizões dominantes concentram recursos institucionais, financeiros e de autoridade legal, enquanto as coalizões desafiantes recorrem a alianças políticas, estratégias de resistência coletiva e à mobilização em espaços não institucionais. Os achados indicam que a capacidade de combinar recursos de forma tática, adaptando-se ao contexto político e institucional, é decisiva para influenciar políticas públicas e fortalecer a autodeterminação dos Povos Indígenas.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Desenvolvimento, Políticas Públicas, Coalizões de Defesa.

Destaques (highlights)

- Implementação de direitos indígenas são influenciados por disputas de poder em políticas desenvolvimentistas
- A presença de atores em posição de autoridade legal influencia disputas políticas
- Protestos e ações fora dos espaços institucionais fortalecem a resistência indígena
- Uso estratégico de informações e narrativas identitárias aumenta o impacto das coalizões desafiantes

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho¹ de 1989 (C169) garante direitos participativos aos Povos Indígenas nos países que a ratificaram, tendo a consulta e a participação como princípios centrais (Larsen, 2020). Embora o exato termo "consentimento livre, prévio e informado" (CLPI) não conste no texto da C169, ele passou a ser amplamente utilizado na literatura acadêmica e em normas internacionais, como a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas² de 2007, ainda que seu significado jurídico e político permaneça ambíguo. Essa ambiguidade abre margem para disputas interpretativas e estratégias de instrumentalização, nas quais atores dominantes utilizam o princípio do CLPI para legitimar projetos de desenvolvimento (Temper, 2019). Este artigo se debruça sobre o subsistema de políticas desenvolvimentistas em âmbito global, estabelecido por disputas em torno de planos, programas e projetos estatais e privados voltados à promoção do “desenvolvimento”, muitas vezes em Territórios Indígenas. Trata-se de um espaço dinâmico e altamente conflituoso, no qual diferentes coalizões competem para influenciar decisões políticas.

Para compreender essas disputas, utilizou-se o Modelo das Coalizões de Defesa (Advocacy Coalition Framework – ACF) de Sabatier e Weible (2007) e Jenkins-Smith et al. (2018), que oferece uma estrutura analítica para mapear coalizões compostas por atores que compartilham crenças, e que, mesmo advindos de diversos setores, como governos, sociedade civil, empresas ou academia, atuam de forma coordenada buscando influenciar decisões dentro de um subsistema de políticas públicas. O ACF permite observar como essas coalizões mobilizam recursos estratégicos para disputar influências e moldar o curso das políticas. Neste contexto, o modelo auxiliou na identificação prévia de coalizões de defesa que atuam em torno de políticas desenvolvimentistas, marcadas por fortes assimetrias de poder e crenças contrastantes. De um lado, coalizões dominantes reúnem atores como governos, empresas, bancos de fomento e elites políticas e econômicas, que compartilham crenças em torno do

¹ Ver Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989. Disponível em:

https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169

² Ver United Nations (UN). (2007). United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (UNDRIP). https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_en.pdf

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

crescimento econômico, da modernização e da integração aos mercados globais. De outro, as coalizões desafiadoras articulam movimentos sociais, comunidades indígenas, organizações não governamentais e aliados que sustentam visões críticas ao modelo hegemônico, defendendo princípios como a autodeterminação e a justiça ambiental. Ainda que operem com recursos desiguais, as coalizões desafiadoras utilizam recursos estratégicos para influenciar as decisões no subsistema, revelando disputas profundas sobre valores, identidades e visões de mundo.

Diante desse cenário, o artigo buscou responder: como as coalizões de defesa, dominantes e desafiadoras, compartilham e mobilizam recursos estratégicos para influenciar políticas desenvolvimentistas no que tange a participação de Povos Indígenas? A partir de uma análise qualitativa de publicações identificadas, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), foi possível mapear os tipos de recursos mais frequentemente utilizados por essas coalizões. Ao aplicar o ACF como ferramenta analítica, a pesquisa revelou padrões de atuação política e disputas que ajudam a compreender os limites e as possibilidades de implementação do CLPI em contextos marcados por desigualdades estruturais. Os resultados contribuem para aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de poder que moldam as possibilidades da participação indígena em projetos de desenvolvimento e oferecem subsídios para análises futuras que queiram explorar o papel de demais elementos do ACF em subsistemas de políticas desenvolvimentistas.

METODOLOGIA

O artigo baseia-se em resultados parciais da RSL mais ampla, desenvolvida para a pesquisa de doutorado da autora principal. Segundo Okoli e Schabram³, a RSL é uma abordagem rigorosa para conduzir uma revisão de literatura independente. A estruturação se baseou no PRISMA, considerando publicações das bases de dados científicas Scopus, Web of Science e Scielo. A estratégia foi baseada na busca de artigos, revisões, capítulos de livros e livros, com a chave: (participation OR governance OR disputes) AND (indigenous) AND

³ Ver Okoli, C., & Schabram, K. (2010). A guide to conducting a systematic literature review of information systems research. *Sprouts: Working Papers on Information Systems*, 10(26). <http://sprouts.aisnet.org/10-26>

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

((free prior informed consent) OR (free prior informed consult*) OR (FPIC) OR (convention 169)), sem restrição temporal ou regional.

Para o estudo original, de 244 resultados, foram avaliadas para elegibilidade 129 publicações, de acordo com três critérios de inclusão. Em relação à participação indígena em planos, políticas, programas ou projetos de desenvolvimento, as publicações inclusas envolviam: (a) análises sobre mecanismos e/ou restrições, (b) análises sobre disputas entre atores e (c) análises sobre crenças. Para este artigo, foram consideradas 12 publicações inclusas, selecionadas a partir de uma análise qualitativa que observou e analisou os principais recursos compartilhados pelas coalizões em disputa dentro do subsistema de políticas desenvolvimentistas em âmbito global.

RESULTADOS

1. Os Recursos Estratégicos no Modelo das Coalizões de Defesa

O ACF é uma estrutura analítica desenvolvida por Sabatier, Jenkins-Smith, Weible e colaboradores, que aborda as disputas entre coalizões enquanto agentes de mudança em processos políticos. De acordo com o modelo, as disputas por influência ocorrem dentro de subsistemas de políticas públicas, considerados a unidade central de análise do modelo, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Modelo das Coalizões de Defesa (ACF)

Apoio:



Realização:



anppas

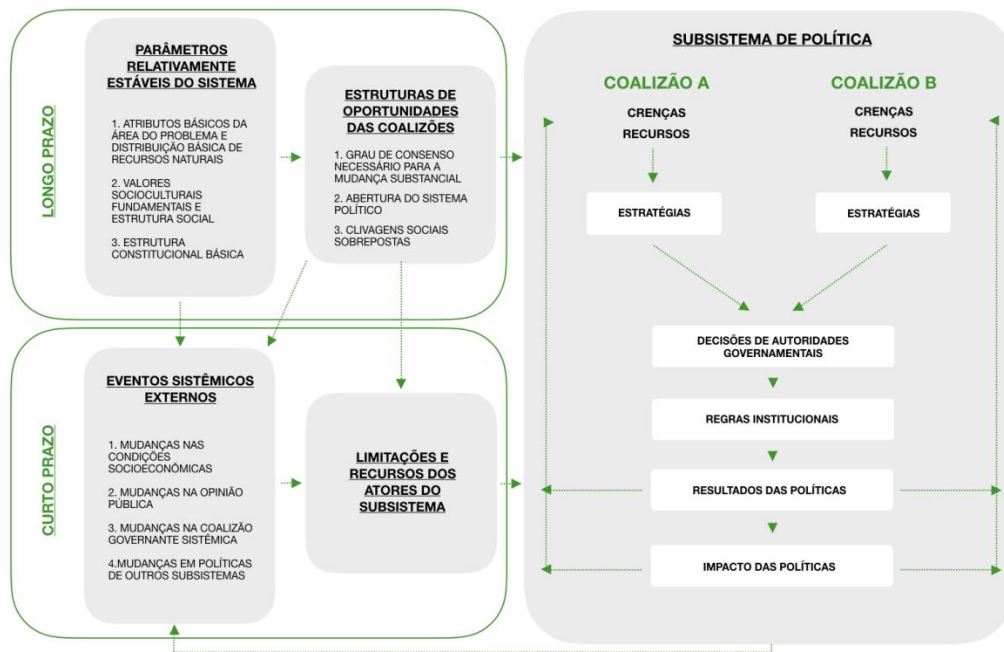


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





Fonte: Adaptado e traduzido de Jenkins-Smith et al (2018).

Segundo Sabatier e Weible (2007), o ACF é baseado em três princípios:

- (1) A formulação de políticas públicas ocorre predominantemente no interior de subsistemas políticos, sendo conduzida por especialistas influenciados por fatores políticos e socioeconômicos mais amplos;
- (2) O ACF baseia-se em um modelo de comportamento individual ancorado na psicologia social;
- (3) A melhor maneira de compreender a dinâmica entre múltiplos atores em nível meso é agrupá-los em "coalizões de defesa", compostas por atores coletivos cujas ações influenciam diretamente os rumos das políticas públicas dentro dos subsistemas.

O ACF, portanto, oferece ferramentas analíticas para entender como compromissos coletivos se formam com base em vínculos identitários e crenças compartilhadas, os quais motivam negociações e moldam decisões políticas. Para que as coalizões se fortaleçam e possam ter mais influência nas políticas públicas, Sabatier e Weible (2007) apresentaram recursos relevantes articulados por elas e que as auxiliam na busca por seus objetivos, são eles:



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

1. **Participação de atores com autoridade legal formal** - Ter membros com autoridade formal é um recurso significativo e indicativo de uma coalizão dominante, pois estas possuem maior número de aliados em cargos formais de poder. Esses atores podem ser funcionários de agências, legisladores e juízes, por exemplo.
2. **Apoio da opinião pública** - Um público favorável tende a eleger apoiadores da coalizão para cargos legislativos e outras posições de autoridade legal, influenciando assim as decisões dos funcionários eleitos, portanto as coalizões de defesa frequentemente investem muito tempo na obtenção deste apoio público. As pesquisas de opinião que demonstram esse tipo de apoio representam um recurso significativo.
3. **Utilização estratégica das informações** - Informações sobre o problema e seus custos *versus* benefícios são usados pelos atores para vencer disputas políticas, argumentar contra oponentes, convencer decisores a apoiar propostas e influenciar a opinião pública.
4. **Mobilização de apoiadores** – Apoiadores engajados, que compartilham das crenças da coalizão, se envolvem em atividades políticas. São recursos utilizados por coalizões dominantes e desafiantes: elites políticas impulsionam manifestações públicas, campanhas eleitorais e iniciativas de captação de recursos; e coalizões com acesso limitado a recursos financeiros dependem desse tipo de mobilização para ampliar sua influência no subsistema.
5. **Recursos financeiros** – Viabilizam a aquisição de outros tipos de recursos, como desenvolvimento de estudos técnicos, campanhas de comunicação e financiamento de organizações que produzam informações favoráveis.
6. **Lideranças hábeis** - Esses tipos de líderes utilizam sua experiência para criar narrativas atraentes para suas coalizões.

Como argumenta Nohrstedt (2011), alguns recursos exercem maior impacto que outros na capacidade de uma coalizão conquistar influência política. Exemplo é a coalizão contar com a presença de membros em posições de autoridade legal. Dessa forma, vale pontuar que possuir mais recursos não garante, por si só, a vitória em disputas políticas. A relevância de cada recurso varia conforme o objeto em disputa e as características do sistema político em questão.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2. Os Recursos das Coalizões em Subsistemas de Políticas Desenvolvimentistas

Atores em **posições de autoridade legal** influenciam disputas ao posicionar aliados estrategicamente e exercer pressão institucional. Em diversos contextos, as coalizões dominantes recorrem a diferentes formas de coerção para enfraquecer a resistência indígena. Na Indonésia, a ascensão do negócio de óleo de palma tem pressionado a conversão de Terras Indígenas em áreas de plantio para empresas do ramo. Prihandono et al (2023) apontam que mesmo após a rejeição formal da comunidade Laman Kinipan à instalação de uma plantação em seu território, o governo concedeu autorização para a liberação das terras. Nos anos seguintes, lideranças indígenas que se opuseram ao projeto enfrentaram intimidações, prisões arbitrárias e outras formas de violência, evidenciando como o aparato estatal pode favorecer interesses de determinados grupos em detrimento dos direitos coletivos. Na Índia, coalizões dominantes utilizaram instrumentos legais e táticas de intimidação para enfraquecer a resistência de comunidades indígenas à atuação de uma mineradora em Jharkhand. Enquanto mulheres lideravam protestos contra a construção de um muro de fronteira, autoridades, pressionadas pela empresa, impuseram restrições à liberdade de reunião e prenderam injustamente homens da comunidade, que muitas vezes são os principais provedores das famílias. Ao transformar o medo coletivo em medo doméstico, com foco na subsistência familiar, essas ações desmobilizaram a resistência e desviaram os esforços comunitários da luta por justiça ambiental para a defesa de sua própria sobrevivência (Bose, 2023).

As **lideranças hábeis** são fundamentais na articulação das coalizões, compartilhando visões que unem e motivam as coalizões e integram todos os demais recursos para alcançar seus objetivos políticos. No Equador, em 2008, o ex-presidente Rafael Correa, com o apoio do Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik e da Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE), promoveu a reforma da Constituição. Para isso, foram realizadas formações sobre interculturalidade, plurinacionalidade e direitos coletivos, que envolveram debates sobre o reconhecimento dos Povos Indígenas, afro-equatorianos e Montubio. Essas discussões ajudaram a elaborar uma proposta de desenvolvimento que foi levada à Assembleia Constituinte em Montecristi, onde foi incorporada à nova Constituição,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ampliando os direitos e o reconhecimento desses Povos (Villa Zura et al., 2023). Outra manifestação de lideranças habilidosas ocorre quando Povos Indígenas elaboram protocolos autônomos de consulta e os articulam como recursos performativos que afirmam sua autoridade sobre os territórios e reformulam sua posição como sujeitos políticos autodeterminados, mesmo fora dos espaços institucionais formais (Montambeault; Papillon, 2022).

O **apoio da opinião pública** e os **recursos financeiros** costumam estar interligados na consolidação das coalizões, especialmente das dominantes. Neste contexto, os recursos financeiros possibilitam a execução de ações estratégicas como a oferta de benefícios materiais às pessoas impactadas, que, por sua vez, contribuem para moldar percepções sociais. No Quênia, empresas do setor petrolífero utilizam práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) como estratégia para conquistar apoio comunitário. Ações como a construção de salas de aula, instalação de centros com acesso à internet, fornecimento de água e oferta de empregos temporários para trabalhadores locais são apresentadas como benefícios, mas também operam como formas de legitimar os empreendimentos (Schilling et al., 2021). Casos no Canadá e na Austrália demonstram que a oferta de empregos às comunidades indígenas é uma prática comum nos projetos extrativos. No entanto, como alertam Holcombe e Kemp (2020), na ausência de autodeterminação e de governança indígena efetiva, esses empregos podem substituir a dependência do Estado pela dependência das indústrias. No Panamá, empreendimentos hidrelétricos são frequentemente apresentados como promotores de mudança social positiva com base em doações simbólicas, como apoio a escolas, clínicas ou pequenos projetos de infraestrutura. Embora essas ações sejam utilizadas para justificar os benefícios sociais dos projetos, elas muitas vezes ocultam a ausência de avaliações mais amplas sobre os impactos reais nas formas de subsistência, na governança local e nas dinâmicas culturais das comunidades afetadas (Finley-Brook & Thomas, 2010).

A **utilização estratégica de informações** suporta a contestação de oponentes, convencendo decisores e influenciando o público. Nesse sentido, um debate recorrente diz respeito às disputas em torno do reconhecimento da indigeneidade, isto é, quem pode ser oficialmente reconhecido como indígena pelas legislações nacionais e internacionais.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Coalizões dominantes instrumentalizam as controvérsias sobre o reconhecimento da indigeneidade para controlar os processos de participação. Ao definirem quem é ou não considerado indígena, também determinam quem terá direito à consulta prévia, moldando os resultados conforme seus interesses. Como observado no Peru, mesmo após a aprovação da Lei de Consulta em 2011, o Estado e as empresas passaram a restringir a legitimidade das consultas auto-organizadas e a controlar quem seria reconhecido como sujeito de direito. Em uma autoconsulta realizada em 2002, 93% da população rejeitou um projeto extrativista de mineração, mas a legislação passou a ser usada para validar projetos previamente decididos, de acordo com os interesses estatais e empresariais de exportação mineral para a China, limitando o processo de consulta a grupos definidos pelo próprio Estado (Milanez et al., 2021). A estratégia também se expressa em discursos que rejeitam a própria noção de indigeneidade como justificativa para a não ratificação de instrumentos internacionais de proteção, como o argumento de que “somos todos indígenas”, recorrente em países da Ásia e da África (Larsen, 2020). Embora essa retórica funcione como um mecanismo de apagamento identitário, em muitos contextos ela também provoca reações que fortalecem a politização da identidade indígena. Como observado na Guatemala, esse processo consolidou movimentos sociais baseados na identidade, nos quais indivíduos e comunidades passaram a reconhecer e valorizar suas origens coletivas. Na Colômbia, coalizões desafiantes utilizam o termo “território ancestral” como estratégia discursiva para reforçar vínculos identitários e legitimar juridicamente os direitos dos Povos Indígenas, ampliando seu reconhecimento institucional (Muñoz Chamorro, 2021).

A **mobilização de apoiadores**, especialmente por meio de protestos, é um recurso estratégico essencial para coalizões com acesso limitado a recursos financeiros. No Brasil, Schumann (2018) destaca que, embora a regulamentação da C169 tenha iniciado lentamente em 2012, foi a reação à Portaria 303, que restringia a consulta sobre a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, que impulsionou mobilizações e transformou a consulta em pauta de protesto, resultando na suspensão da norma.

DISCUSSÃO

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A literatura indica que a influência das coalizões sobre políticas públicas depende menos da quantidade de recursos acumulados e mais da capacidade de articulá-los estrategicamente, de acordo com o contexto institucional e a pauta em disputa. Essa capacidade de influência está relacionada à combinação de lideranças, narrativas, mobilização social e estratégias institucionais, recursos que podem ampliar o potencial das coalizões de moldar decisões e promover mudanças estruturais.

A presença de autoridade legal pode tanto fortalecer direitos indígenas quanto reprimir resistências, evidenciando como em contextos de democracias frágeis e de forte influência empresarial, o aparato estatal pode ser usado para coerção. Como evidenciado na Indonésia, o Estado atuou em favor de interesses privados ao silenciar a oposição da comunidade Laman Kinipan (Prihandono et al, 2023). Nesses cenários, o papel das lideranças hábeis se torna especialmente estratégico quando ocupam posições de autoridade legal, potencializando a capacidade das coalizões ao conectar frentes de mobilização social com canais formais de decisão. Essa combinação pode ser decisiva para gerar mudanças estruturais que favoreçam coalizões desafiantes, como demonstrado na reforma constitucional equatoriana (Villa Zura et al., 2023).

A conexão entre recursos financeiros e apoio da opinião pública aponta para um mecanismo sofisticado de legitimação social dos projetos em disputa que costumam estar interligados na consolidação das coalizões, especialmente das dominantes. Estratégias de RSC buscam neutralizar resistências e remodelar relações de poder e dependência econômica nas comunidades (Schilling et al., 2021), evidenciando a necessidade de uma análise crítica que vá além das aparências dos benefícios oferecidos.

Em relação à utilização estratégica das informações, a instrumentalização das controvérsias sobre a definição de indigeneidade destaca como pautas identitárias podem ser manipuladas para controlar o acesso às arenas participativas e moldar resultados políticos (Larsen, 2020). Esse controle excludente pode, paradoxalmente, estimular a politização da identidade indígena, que se revela como uma estratégia de resistência frente ao apagamento simbólico e legal (Muñoz Chamorro, 2021).

Apoio:



Realização:



anppas
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Por fim, a mobilização de apoiadores, especialmente em coalizões com recursos financeiros limitados, emerge para pressionar a implementação do direito à consulta prévia. Essa dimensão destaca a importância das estratégias *bottom-up* e da ação coletiva na disputa política, revelando que a construção da influência das coalizões não se restringe aos espaços formais, mas também se dá nas ruas e comunidades (Schumann, 2018).

CONCLUSÃO

A análise realizada com base no ACF evidenciou que as coalizões dominantes, compostas por Estados, governos, empresas, bancos e elites políticas tendem a concentrar recursos institucionais, financeiros e de autoridade legal, o que lhes confere maior capacidade de moldar políticas desenvolvimentistas de forma alinhada a interesses econômicos hegemônicos. Já as coalizões desafiantes, integradas majoritariamente por movimentos sociais, comunidades e organizações indígenas, academia e demais aliados, operam em contextos de restrição de recursos materiais e institucionais, o que dificulta seu poder de influência formal no subsistema de políticas desenvolvimentistas.

Diante dessas assimetrias, as coalizões desafiantes utilizam recursos estratégicos baseados na articulação política, ações de protesto, politização da identidade indígena e construção de alianças com atores externos, buscando ampliar sua legitimidade e pressionar por mudanças. A presença de lideranças com autoridade legal tem se mostrado decisiva para conectar essas frentes de resistência às arenas institucionais. Além disso, a apropriação crítica de instrumentos como o CLPI, por meio da mobilização de protocolos autônomos de consulta e a contestação de narrativas dominantes revelam o potencial dessas coalizões para tensionar o campo político. Assim, os resultados indicam que a eficácia das coalizões desafiantes reside na combinação entre ação coletiva, narrativas contra hegemônicas e ocupação tática de espaços institucionais, estratégia que, embora limitada, tem contribuído para ampliar a autodeterminação dos Povos Indígenas e desafiar as estruturas que sustentam o modelo de desenvolvimento dominante.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Declaração: Durante a elaboração deste trabalho, as autoras utilizaram a ferramenta ChatGPT com o objetivo de aprimorar a clareza e a concisão do texto acadêmico, por meio da síntese de alguns trechos, tornando os argumentos mais diretos. Após o uso desta ferramenta, as autoras revisaram e editaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

REFERÊNCIAS

Bose, P. (2023). Equitable land-use policy? Indigenous peoples' resistance to mining-induced deforestation. *Land Use Policy*, 129, Article 106648.

<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2023.106648>

Finley-Brook, M., & Thomas, C. (2010). Treatment of displaced indigenous populations in two large hydro projects in Panama. *Water Alternatives*, 3(2), 269–290. <https://www.water-alternatives.org/index.php/archive-toc>

Jenkins-Smith, H. C., Nohrstedt, D., Weible, C. M., & Ingold, K. (2018). The Advocacy Coalition Framework: An overview of the research program. In C. M. Weible & P. A. Sabatier (Eds.)

Larsen, P. B. (2020). Contextualising ratification and implementation: A critical appraisal of ILO Convention 169 from a social justice perspective. *International Journal of Human Rights*, 24(2-3), 94–111. <https://doi.org/10.1080/13642987.2019.1677613>

Holcombe, S., & Kemp, D. (2020). From pay-out to participation: Indigenous mining employment as local development? *Sustainable Development*, 28(5), 1122–1135. <https://doi.org/10.1002/sd.2063>

Milanez, F., Pimentel, S. K., Melo, A., Gamella, K. A., Munduruku, A. K., Vaz, A., & Ferreira, J. (2021). The right to say no: Extractivisms and territorial struggles. *Ambiente e Sociedade*, 24, 1–12. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20210159VU2021L5NR>

Montambeault, F., & Papillon, M. (2022). Repoliticising indigenous participation: FPIC protocols in Canada and Brazil. *International Journal of Human Rights*, 27(2), 335–358. <https://doi.org/10.1080/13642987.2022.2121707>

Muñoz Chamorro, C. D. (2021). The indigenous participation as a pathway to decoloniality in a developing world: A reading from the constitutional jurisprudence in Colombia. *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, 51(135), 303–325.

<https://doi.org/10.18566/rfdcp.v51n135.a01>

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Nohrstedt, D. (2010). Do advocacy coalitions matter? Crisis and change in Swedish nuclear energy policy. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 20(2), 309–333. <https://doi.org/10.1093/jopart/mun038>

Prihandono, I., Prajwalita, E., Widiati, & Valčiukas, J. (2023). Free, Prior, Informed Consent as a legal principle and its link to the right to freedom of conscience. *International Comparative Jurisprudence*, 9(2). <https://doi.org/10.13165/j.icj.2023.12.003>

Sabatier, P. A., & Weible, C. M. (2007). The advocacy coalition framework: Innovations and clarifications. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 189–220). Boulder, CO: Westview Press.

Schilling, J., Schilling-Vacaflor, A., Flemmer, R., & Froese, R. (2021). A political ecology perspective on resource extraction and human security in Kenya, Bolivia and Peru. *Extractive Industries and Society*, 8(4), Article 100826. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.10.009>

Schumann, C. (2018). Competing meanings: Negotiating prior consultation in Brazil. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 23(3), 541–559. <https://doi.org/10.1111/jlca.12364>

Temper, L. (2019). Blocking pipelines, unsettling environmental justice: From rights of nature to responsibility to territory. *Local Environment*, 24(2), 94–112. <https://doi.org/10.1080/13549839.2018.1536698>

Villa Zura, M. P., Cruz Arboleda, J. I., & Limaico Mina, J. R. (2023). Capacity building to preserve the rights of Ecuadorian indigenous peoples and afro-descendants. *Salud, Ciencia y Tecnología - Serie de Conferencias*, 2, 1059. <https://conferencias.ageditor.ar/index.php/sctconf/article/view/547>

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

